

c) Coligir e organizar a informação relativa aos recursos humanos visando uma gestão otimizada;

d) Assegurar os processos e o expediente relativo ao recrutamento, seleção, e gestão da carreira dos trabalhadores da ASAE;

e) Desenvolver os procedimentos necessários, em articulação com a entidade prestadora de serviços centralizados, destinados a assegurar o processamento dos vencimentos e abonos;

f) Assegurar a receção, classificação, registo, distribuição e envio de correspondência;

g) Garantir a gestão dos armazéns de material apreendido;

h) Assegurar o funcionamento do núcleo museológico, através da recolha, classificação e preservação do espólio existente;

i) Proceder ao regular diagnóstico de necessidades de formação que fundamente a atividade formativa a desenvolver;

j) Planear as intervenções formativas, conceber os objetivos e conteúdos formativos e organizar as ações de formação previstas;

k) Elaborar, desenvolver e acompanhar os planos de formação superiormente aprovados, bem como superintender na gestão do Centro de Formação Técnica;

l) Avaliar a formação profissional desenvolvida, numa ótica de melhoria contínua e da qualidade;

m) Programar, conceber, organizar e avaliar as ações de formação e de sensibilização para entidades externas;

n) Recolher, selecionar e difundir a documentação técnica de interesse para a ASAE;

o) Proceder à gestão do sistema integrado de informação, bem como das bases de dados disponíveis;

p) Garantir a gestão da rede de comunicações e propor novas arquiteturas que permitam assegurar elevados níveis de segurança, fiabilidade e operacionalidade;

q) Garantir a operacionalidade, manutenção, atualização e segurança dos equipamentos informáticos e seus suportes;

r) Assegurar o normal funcionamento dos sistemas informáticos instalados;

s) Promover as ações de apoio técnico, informático ou logístico, necessárias ao desenvolvimento das atividades técnicas e operacionais.

Artigo 6.º

Departamento de Assuntos Jurídicos e Contraordenações

Ao Departamento de Assuntos Jurídicos e Contraordenações, abreviadamente designado por DAJC, compete:

a) Assegurar o apoio jurídico a todos os órgãos e serviços da ASAE;

b) Elaborar pareceres, estudos e informações relativos à legislação aplicável pela ASAE;

c) Assegurar o apoio técnico-jurídico à atividade operacional da ASAE;

d) Dar parecer jurídico sobre projetos de diplomas sobre os quais a ASAE deva obrigatoriamente pronunciar-se ou que lhe sejam superiormente solicitados;

e) Preparar e analisar protocolos e outros instrumentos contratuais nos quais a ASAE seja parte;

f) Analisar e preparar resposta a exposições, reclamações ou recursos;

g) Garantir o exercício do patrocínio judiciário;

h) Recolher, organizar, difundir e manter atualizada a legislação específica inerente à atividade da ASAE;

i) Instruir processos disciplinares e realizar processos de averiguações e inquéritos que lhe sejam superiormente determinados;

j) Definir regras e métodos harmonizados para a instrução de processos de contraordenação;

k) Elaborar e emanar as diretrizes para a feitura de projetos de decisão nos processos de contraordenação que caiba à ASAE decidir, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 7.º

Unidades regionais

Às unidades regionais, abreviadamente designadas por UR, compete, no âmbito das respetivas áreas geográficas de atuação, assegurar o cumprimento das normas legais que disciplinam as atividades económicas nos setores alimentar e não alimentar, em articulação com a UNO e a UNIIC.

Artigo 8.º

Unidades orgânicas flexíveis

O número máximo de unidades orgânicas flexíveis da ASAE é fixado em 30.

Artigo 9.º

Chefes de equipas multidisciplinares

É fixada em 20 a dotação máxima dos chefes de equipa multidisciplinares.

Artigo 10.º

Norma revogatória

São revogadas as Portarias n.ºs 821/2007 e 824/2007, de 31 de julho.

Artigo 11.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Vitor Louçã Rabaça Gaspar*, em 19 de janeiro de 2013. — O Ministro da Economia e do Emprego, *Álvaro Santos Pereira*, em 10 de janeiro de 2013.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto n.º 1/2013

de 30 de janeiro

A República Portuguesa e a República do Cazaquistão, tendo em vista intensificar as relações entre ambos os países, assinaram, a 16 de julho de 2010, em Astana, um Acordo sobre a Supressão de Vistos para Titulares de Passaportes Diplomáticos.

O presente Acordo pretende reforçar as relações bilaterais entre a República Portuguesa e a República do Cazaquistão em matéria política, económica e cultural, ao permitir que titulares de passaportes diplomáticos de cada um dos Estados se desloquem livremente, sem necessidade de visto, por um período de noventa dias por semestre, para território do outro país.

Assim:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova o Acordo entre a República

Portuguesa e a República do Cazaquistão sobre a Supressão de Vistos para Titulares de Passaportes Diplomáticos, assinado em Astana, a 16 de julho de 2010, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa, inglesa, cazaque e russa se publica em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de dezembro de 2012. — *Pedro Passos Coelho* — *Paulo Sacadura Cabral Portas* — *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

Assinado em 17 de janeiro de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 21 de janeiro de 2013.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO SOBRE SUPRESSÃO DE VISTOS PARA TITULARES DE PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS

A República Portuguesa e a República do Cazaquistão, adiante designados como “Partes”,

Desejando reforçar e desenvolver as relações de amizade e de cooperação existentes entre os dois Estados;

Desejando facilitar a circulação dos seus nacionais titulares de passaportes diplomáticos,

Acordam no seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

O presente Acordo estabelece a base jurídica para a supressão de vistos para titulares de passaportes diplomáticos das Partes.

Artigo 2.º

Definições

Para os efeitos do presente Acordo, as seguintes disposições significam:

a) «Passaporte válido», o passaporte das partes que, no momento da saída do território nacional de uma das Partes, tenha, pelo menos, três (3) meses de validade;

b) «Membro da família», o cônjuge da pessoa titular do passaporte diplomático, assim como os descendentes e ascendentes dos titulares dos passaportes diplomáticos.

Artigo 3.º

Estadas de curta duração

1. Os cidadãos da República Portuguesa titulares de passaporte diplomático português válido podem entrar no território da República do Cazaquistão sem necessidade de visto e aí permanecer por um período não superior a noventa (90) dias por semestre a contar da data da primeira entrada.

2. Os cidadãos da República do Cazaquistão titulares de passaporte diplomático cazaque válido, podem entrar no território da República Portuguesa sem necessidade de visto e aí permanecer por um período não superior a noventa (90) dias por semestre a contar da data da primeira entrada na fronteira externa que delimita o espaço de livre circulação constituído pelos Estados que são Parte na Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985, adoptada em Schengen, a 19 de Junho de 1990.

Artigo 4.º

Entrada e permanência

1. Os cidadãos portugueses titulares de passaporte diplomático válido nomeados para prestar serviço na missão diplomática ou postos consulares portugueses na República do Cazaquistão ou que sejam nomeados para o exercício de funções junto de organizações internacionais na República do Cazaquistão, assim como os membros das suas famílias, podem entrar e permanecer sem visto no território do Cazaquistão durante o período da missão.

2. Os cidadãos cazaques titulares de passaporte diplomático válido nomeados para prestar serviço na missão diplomática ou postos consulares cazaques na República Portuguesa ou que sejam nomeados para o exercício de funções junto de organizações internacionais na República Portuguesa, assim como os membros das suas famílias, podem entrar e permanecer sem visto no território da República Portuguesa durante o período da missão.

3. Para os fins constantes dos números anteriores, cada Parte deve notificar a outra da chegada dos titulares de passaporte diplomático, designados para prestar serviço na missão diplomática, posto consular ou junto de organizações internacionais sedeadas no território das Partes e dos membros da família que os acompanham, por escrito e por via diplomática, antes da data da sua entrada no território da outra Parte.

Artigo 5.º

Observância do Direito vigente das Partes

1. A isenção de visto não exclui a obrigatoriedade da observância do Direito vigente das Partes sobre entrada, permanência e saída do território de destino dos titulares dos passaportes nas condições previstas no presente Acordo.

2. O presente Acordo não exclui o exercício do direito pelas autoridades competentes das Partes de recusar a entrada ou permanência de cidadãos da outra Parte, em conformidade com o Direito vigente aplicável.

Artigo 6.º

Informação sobre passaportes

1. As Partes trocarão entre si, através dos canais diplomáticos, espécimes dos passaportes diplomáticos em circulação, até 30 (trinta) dias após a data da recepção da última notificação de entrada em vigor do presente Acordo.

2. Sempre que uma das Partes introduza novos passaportes ou modificações nos anteriormente trocados, deverá notificar a outra Parte, através das vias diplomáticas, mediante o envio do espécime do novo passaporte ou do passaporte modificado até trinta (30) dias antes da sua entrada em circulação.

Artigo 7.º

Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à aplicação do presente Acordo será solucionada através de negociação, por via diplomática.

Artigo 8.º

Suspensão

1. Cada uma das Partes poderá suspender temporariamente, total ou parcialmente, a aplicação das disposições

do presente Acordo por razões de ordem pública, de saúde pública ou de segurança nacional.

2. A suspensão, deve ser notificada imediatamente à outra Parte, por escrito e por via diplomática, no prazo de 3 (três) dias.

Artigo 9.º

Revisão

O presente Acordo poderá ser objecto de revisão a pedido de qualquer das Partes, através de um protocolo que será considerado parte integrante deste Acordo e entrará em vigor nos termos do Artigo 11º do presente Acordo.

Artigo 10.º

Vigência e Denúncia

1. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período de tempo ilimitado.

2. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo, mediante notificação prévia, por escrito e por via diplomática.

3. O presente Acordo cessa a sua vigência 3 (três) meses após a data da recepção da respectiva notificação mencionada no parágrafo 2 do presente artigo.

Artigo 11.º

Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data de recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de Direito interno das Partes necessários para o efeito.

Artigo 12.º

Registo

Após a entrada em vigor do presente Acordo, a República Portuguesa submetê-lo-á para registo junto do Secretariado das Nações Unidas nos termos do artigo 102.º da Carta das Nações Unidas, devendo, igualmente, notificar a República do Cazaquistão deste procedimento e indicar-lhe o número de registo atribuído.

Feito em Astana, no dia 16 de Julho de 2010, em dois originais, nas línguas portuguesa, inglesa, cazaque e russa, fazendo todos os textos igualmente fé. Em caso de divergência de interpretação prevalecerá o texto em língua inglesa.

Pela República Portuguesa:

Luís Amado, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Pela República do Cazaquistão:

Kanat Saudabayev, Secretário de Estado Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Cazaquistão.

AGREEMENT BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE REPUBLIC OF KAZAKHSTAN ON THE SUPPRESSION OF VISAS FOR HOLDERS OF DIPLOMATIC PASSPORTS

The Portuguese Republic and the Republic of Kazakhstan, hereinafter referred to as “Parties”,

Wishing to reinforce the relations of friendship and co-operation between both States;

Wishing to facilitate the movement of their citizens holding diplomatic passports,

Agree as follows:

Article 1

Object

This Agreement shall set forth the legal framework for the suppression of visas for holders of diplomatic passports of the Parties.

Article 2

Definitions

For the purposes of this Agreement the following provisions shall mean:

a) “Valid passport”, the diplomatic passport of the Parties which at the time of the exit from the territory of one of the Parties has at least a three (3) month validity;

b) “Family member”, the spouse as well as the dependent descendents and ascendants of holders of diplomatic passports.

Article 3

Short term stay

1. The citizens of the Portuguese Republic holding a valid Portuguese diplomatic passport may enter and stay in the territory of the Republic of Kazakhstan without visa for a maximum period of ninety (90) days during any six-month period from the date of first entry.

2. The citizens of the Republic of the Kazakhstan holding a valid kazakh diplomatic passport may enter and stay in the territory of the Portuguese Republic without visa for a maximum period of ninety (90) days during any six-month period from the date of first entry at the external border establishing the area of free movement created by the States which are Party to the Convention implementing the Schengen Agreement of 14 June 1985, adopted on 19 June 1990.

Article 4

Entry and Stay

1. The holders of a valid passport of the Portuguese Republic who are appointed to a Portuguese diplomatic mission or consular post in the Republic of Kazakhstan or to international organisations in the Republic of Kazakhstan, as well as their family members, may enter or stay in the territory of the Republic of Kazakhstan without a visa for the period of their mission.

2. The holders of a valid passport of the Republic of Kazakhstan, who are appointed to a Kazakhstan diplomatic mission or consular post in the Portuguese Republic or to international organisations in the Portuguese Republic, as well as their family members, may enter or stay in the territory of the Portuguese Republic without a visa for the period of their mission.

3. For the purposes of the previous paragraphs, each Party shall inform the other Party in writing and through the diplomatic channel, of the arrival of the holders of diplomatic passport appointed to a diplomatic mission or to international organizations in the territory of the Parties, as well as of their family members accompanying them, prior to the date of their entry to the territory of the other Party.

Article 5

Compliance with the national law of the Parties

1. The visa exemption shall not relieve a person from the obligation to comply with the national law of the Parties on the entry into, stay in and exit from the territory of destination of the holders of valid passports in accordance with the conditions set out in this Agreement.

2. The present Agreement does not exclude the right of the competent authorities of each Party to refuse entry or stay of citizens of the other Party in accordance with their national legislation.

Article 6

Information on passports

1. The Parties shall exchange through the diplomatic channels specimens of the valid passports no later than 30 (thirty) days after the date of the receipt of the later of the notifications conveying the completion of the internal procedures of each Party required for the entry into force of this Agreement.

2. Where either Party submits new diplomatic passports or modifies those previously exchanged, it shall inform the other Party through the diplomatic channels of the specimen of the new or modified passport no later than 30 (thirty) days before the date it begins to be used.

Article 7

Settlement of Disputes

The Parties shall settle any dispute concerning the interpretation or application of this Agreement through negotiation, through the diplomatic channels.

Article 8

Suspension of application

1. Either Party may temporarily suspend the application of this Agreement, wholly or partially, on grounds of public order, public health and national security.

2. The suspension of application of this Agreement shall be notified in writing through the diplomatic channels to the other Party no later than 3 (three) days.

Article 9

Amendments

This Agreement may be amended, by mutual consent of the Parties, through an amending protocol which is to be considered as integral part of this Agreement and shall enter into force in accordance with the terms specified in Article 11 of this Agreement.

Article 10

Duration and termination

1. This Agreement shall remain in force for an unlimited period of time.

2. Either Party may, at any time, terminate this Agreement upon a prior notification in writing through diplomatic channels.

3. This Agreement shall terminate three (3) months after the receipt of the notification mentioned in paragraph 2 of this Article.

Article 11

Entry into force

This Agreement shall enter into force thirty (30) days after the date of receipt of the later of the notifications, in writing through diplomatic channels, conveying the completion of the internal procedures of each Party required for that purpose.

Article 12

Registration

Upon the entry into force of this Agreement, the Portuguese Republic shall transmit it to the Secretariat of the United Nations for registration, in accordance with Article 102 of the Charter of the United Nations, and shall notify the Republic of Kazakhstan of the completion of this procedure as well as of its registration number.

Done at Astana, on 16 July 2010, in two originals, in the Portuguese, Kazakh, English, and Russian languages, all texts being authentic. In case of any divergence of interpretation, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:

Luís Amado, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

For the the Republic Kazakhstan:

Kanat Saudabayev, The Secretary of State Minister of Foreign Affairs of the Republic of Kazakhstan.

**«Португалия Республикасы мен Қазақстан Республикасы арасындағы
Дипломаттық паспорттардың иелерін визалардан босату туралы
Келісім**

Бұдан әрі «Тараптар» деп аталатын Португалия Республикасы мен Қазақстан Республикасы, екі мемлекет арасындағы достық қатынастарды және ынтымақтастықты нығайтуға ниет білдіре отырып, дипломаттық паспорттары бар өз азаматтарының сапарларын жеңілдетуге ниет білдіре отырып, төмендегілер туралы келісті:

**1-бап
Мақсаттары**

Осы Келісім Тараптардың дипломаттық паспорттары иелерін визалардан босату үшін құқықтық нормаларды белгілейді.

**2-бап
Анықтамалар**

Осы Келісімнің мақсаттары үшін төменде көрсетілген ережелер мыналарды білдіреді:

а) «жарамды паспорт» - Тараптардың бірінің аумағынан шыққан кезде кемінде үш ай мерзімге жарамды Тараптардың дипломаттық паспорты.

в) «отбасы мүшесі» - Тараптардың жарамды паспорттары иелерінің жұбайы/зайыбы, сондай-ақ балалары мен асырауындағы адамдар.

**3-бап
Қысқа мерзімді болу**

1. Қазақстан Республикасының жарамды паспорттары бар Қазақстан Республикасының азаматтары 1990 жылғы 19 маусымда қабылданған, 1985 жылғы 14 маусымдағы Шенген Келісімін қолдану туралы конвенцияға қатысушылар болып табылатын мемлекеттер құрған, еркін жүріп-тұру аймағының сыртқы шекарасын кесіп өткен алғашқы күннен бастап Португалия Республикасының аумағына өте алады және онда алты айлық кезең ішінде ең көп дегенде 90 (тоқсан) күнге дейін визасыз бола алады.

2. Португалия Республикасының жарамды паспорттары бар Португалия Республикасының азаматтары Қазақстан Республикасының

аумағына келе алады және онда алғашқы келген күннен бастап алты айлық кезең ішінде ең көп дегенде 90 (тоқсан) күнге дейін визасыз бола алады.

4-бап
Келу және болу

1. Қазақстан Республикасының Португалия Республикасындағы дипломатиялық өкілдігіне немесе консулдық мекемесіне, не Португалия Республикасындағы халықаралық ұйымға тағайындалған жарамды паспорттардың иелері, сондай-ақ жарамды паспорттары бар олардың отбасы мүшелері Португалия Республикасының аумағына келе алады және онда өздері тағайындалған кезеңде визасыз бола алады.

2. Португалия Республикасының Қазақстан Республикасындағы дипломатиялық өкілдігіне немесе консулдық мекемесіне не Қазақстан Республикасындағы халықаралық ұйымға тағайындалған жарамды паспорттардың иелері, сондай-ақ жарамды паспорттары бар олардың отбасы мүшелері Қазақстан Республикасының аумағына келе алады және онда өздері тағайындалған кезеңде визасыз бола алады.

3. Алдыңғы тармақтарда көрсетілген максаттар үшін Тараптардың әрқайсысы Тараптардың аумақтарындағы дипломатиялық өкілдікке немесе халықаралық ұйымға тағайындалған жарамды паспорттар иелерінің, сондай-ақ жарамды паспорттары бар олармен бірге жүретін отбасы мүшелерінің келетіні туралы жазбаша нысанда және дипломатиялық арналар арқылы олар екінші Тараптың аумағына келетін күнге дейін хабарлауға міндетті.

5-бап
Ұлттық заңнаманы сақтау

1. Визалардан босату осы Келісімде белгіленген ережелерге сәйкес жарамды паспорттар иелерінің болатын мемлекетке келуі, болуы және одан кетуі кезінде адамды Тараптардың ұлттық заңнамасын сақтау міндеттерінен босатпайды.

2. Осы Келісім Тараптардың әрқайсысының құзыретті органдарының екінші Тараптың ұлттық заңнамасына сәйкес оның азаматтарының келуінен немесе онда болуынан бас тарту құқығын жоққа шығармайды.

6-бап
Паспорттар туралы ақпарат

1. Осы Келісім күшіне енген күнінен кейін Тараптар 30 (отыз) күннен кешіктірмей жарамды паспорттардың үлгілерімен дипломатиялық арналар арқылы алмасадды.

2. Егер Тараптардың бірі жаңа дипломаттық паспорттарды енгізсе немесе оларды өзгертсе, онда оларды пайдалануды бастайтын күніне дейін 30 (отыз) күннен кешіктірмей ол жаңа немесе өзгерген паспорт үлгісін дипломатиялық арналар арқылы жолдау жолымен екінші Тарапқа хабарлауы тиіс.

7-бап
Дауларды реттеу

Осы Келісімді түсіндіру кезінде не пайдалану кезінде туындайтын кез келген дауларды Тараптар келіссөздер және дипломатиялық арналар арқылы шешеді.

8-бап
Қолданылуын тоқтата тұру

1. Тараптардың әрқайсысы қоғамдық тәртіпті, қоғамдық денсаулықты немесе ұлттық қауіпсіздікті қамтамасыз ету мақсатында осы Келісімнің қолданылуын толық немесе ішінара тоқтата алады.

2. Осы Келісімнің қолданысы тоқтатыла тұратыны туралы оны қолданғанға дейін 3 (үш) күннен кешіктірмей екінші Тарапқа жазбаша нысанда дипломатиялық арналар арқылы хабарланады.

9-бап
Өзгерістер

Осы Келісімге Тараптардың өзара келісуі бойынша оның ажырамас бөліктері болып табылатын және жекелеген хаттамалармен ресімделетін, осы Келісімнің 11-бабында көзделген тәртіппен күшіне енетін өзгерістер енгізілуі мүмкін.

10-бап
Қолданылуы мерзімі және тоқтатылуы

1. Осы Келісім белгіленбеген мерзімге жасалады.

2. Тараптардың кез келгені дипломатиялық арналар арқылы жазбаша хабарлама жіберу арқылы кез келген уақытта осы Келісімнің қолданылуын тоқтата алады.

3. Осы Келісім осы баптың 2-тармағында көзделген жазбаша хабарлама алынғаннан кейін 3 (үш) ай өткен соң қолданылуын тоқтатады.

11-бап
Күшіне енуі

Осы Келісім оның күшіне енуі үшін қажетті мемлекетішілік рәсімдерді Тараптардың орындағаны туралы соңғы жазбаша хабарлама дипломатиялық арналар арқылы алынған күннен кейін 30 (отыз) күн өткен соң күшіне енеді.

12-бап
Тіркеу

Осы Келісім күшіне енгеннен кейін Португалия Тарапты Біріккен Ұлттар Ұйымы Жарғысының 102-бабына сәйкес тіркеу үшін оны Біріккен Ұлттар Ұйымының Хатшылығына жолдайды және оның тіркеу нөмірі туралы Қазақстан Республикасына хабарлайды.

Алматы қаласында 2010 жылғы «16» шілдеде әрқайсысы португал, казак, ағылшын және орыс тілдерінде екі түпнұсқа данада жасалды, бұл ретте мәтіндердің күші бірдей.

Осы Келісімді түсіндіру кезінде келіспеушіліктер туындаған жағдайда Тараптар ағылшын тіліндегі мәтінге жүгінетін болады.

Португалия Республикасы Республикасы Қазақстан үшін үшін»
Соглашение между Португальской Республикой и Республикой Казахстан об освобождении владельцев дипломатических паспортов от виз

Португальская Республика и Республика Казахстан, далее именуемые «Стороны», желая укрепить дружеские отношения и сотрудничество между двумя государствами желая облегчить поездки своих граждан, имеющих дипломатические паспорта, согласились о нижеследующем:

Статья 1
Цели

Настоящее Соглашение устанавливает правовые нормы для освобождения от виз владельцев дипломатических паспортов Сторон.

Статья 2
Определения

Для целей настоящего Соглашения нижеуказанные положения означают:

- а) «действительный паспорт» дипломатический паспорт Сторон, который на момент выезда из территории одной из Сторон действителен на срок не менее трех месяцев;
- в) «член семьи» супруг/супруга, а также дети и лица, находящихся на иждивении владельцев действительных паспортов Сторон.

Статья 3
Краткосрочное пребывание

1. Граждане Республики Казахстан, владеющие действительными паспортами Республики Казахстан, могут въезжать и пребывать на территории Португальской Республики без виз на максимальный период до 90 (девяноста) дней в течение шестимесячного периода, со дня первого въезда на внешнюю границу зоны свободного передвижения созданной государствами, которые являются участниками Конвенции о применении Шенгенского Соглашения от 14 июня 1985 года, принятой 19 июня 1990 года.

2. Граждане Португальской Республики, владеющие действительными паспортами Португальской Республики, могут въезжать и пребывать на территории Республики Казахстан без виз на максимальный период до 90 (девяноста) дней в течение шестимесячного периода, со дня первого въезда.

Статья 4
Въезд и пребывание

1. Владельцы действительных паспортов, назначенные в дипломатическое представительство или в консульское учреждение Республики Казахстан в Португальской Республике либо в международную организацию в Португальской Республике, также как и члены их семей владеющих действительными паспортами могут въезжать и пребывать на территории Португальской Республики без виз на период их назначения.

2. Владельцы действительных паспортов, назначенные в дипломатическое представительство или в консульское учреждение

Португальской Республики в Республике Казахстан либо в международную организацию в Республике Казахстан, также как и члены их семей владеющих действительными паспортами могут въезжать и пребывать на территории Республики Казахстан без виз на период их назначения.

3. Для целей указанных в предыдущих пунктах, каждая из Сторон обязана сообщить в письменной форме и по дипломатическим каналам о прибытии владельцев действительных паспортов, назначенных в дипломатическое представительство или международные организации на территории Сторон, а также членов их семей, владеющих действительными паспортами сопровождающих их, до даты их прибытия на территорию другой Стороны.

Статья 5

Соблюдение национального законодательства

1. Освобождение от виз, не освобождает лицо от обязанности соблюдать национальное законодательство Сторон при въезде, пребывании и выезде с территории государства пребывания владельцев действительных паспортов в соответствии с положениями установленными в настоящем Соглашении.

2. Настоящее Соглашение не исключает право компетентных органов каждой из Сторон отказать во въезде или пребывании гражданам другой Стороны в соответствии с ее национальным законодательством.

Статья 6

Информация о паспортах

1. Стороны обмениваются по дипломатическим каналам образцами действительных паспортов не позднее 30 (тридцати) дней, после даты вступления в силу настоящего Соглашения.

2. В случае если одна из Сторон вводит новые дипломатические паспорта или изменяет их, то она должна сообщить другой Стороне путем направления по дипломатическим каналам образца нового или измененного паспорта не позднее 30 (тридцати) дней до даты начала их использования.

Статья 7

Урегулирование споров

Любые споры возникающие при толковании либо при использовании настоящего Соглашения Стороны решают посредством переговоров и по дипломатическим каналам.

Статья 8

Приостановление действия

1. Каждая из Сторон может полностью или частично приостановить действие настоящего Соглашения, в целях обеспечения общественного порядка, общественного здоровья или национальной безопасности.

2. Другая сторона уведомляется в письменной форме по дипломатическим каналам о приостановлении действия настоящего Соглашения не позднее, 3 (трех) дней до его применения.

Статья 9

Изменения

По взаимному согласию Сторон в настоящее Соглашение могут вноситься изменения, являющиеся его неотъемлемыми частями и оформляемые отдельными протоколами, вступающими в силу в порядке, предусмотренном статьей 11 настоящего Соглашения.

Статья 10

Сроки действия и прекращение

1. Настоящее Соглашение заключается на неопределенный срок.

2. Любая из Сторон может в любое время прекратить действие настоящего Соглашения посредством направления письменного уведомления по дипломатическим каналам.

3. Настоящее Соглашение прекращает действие по истечении 3 (трех) месяцев после получения письменного уведомления, предусмотренного пунктом 2 настоящей статьи.

Статья 11

Вступление в силу

Настоящее Соглашение вступает в силу по истечении 30 (тридцати) дней после даты получения по дипломатическим каналам последнего письменного уведомления о выполнении Сторонами внутригосударственных процедур, необходимых для его вступления в силу.

Статья 12 Регистрация

После вступления в силу настоящего Соглашения, Португальская Сторона препровождает его в Секретариат Организации Объединенных Наций для регистрации, в соответствии со статьей 102 Устава Организации Объединенных Наций и уведомляет Республику Казахстан о его регистрационном номере.

Совершено в городе Алматы 16 июля 2010 года, в двух подлинных экземплярах, каждый на португальском, казахском, английском и русском языках, причем все тексты имеют одинаковую силу.

В случае возникновения разногласий при толковании настоящего Соглашения, Стороны будут обращаться к тексту на английском языке.

За Португальскую Республику

За Республику Казахстан

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Portaria n.º 36/2013

de 30 de janeiro

O Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro, estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público, com a finalidade de proteger a qualidade das águas dessas captações.

Os perímetros de proteção visam prevenir, reduzir e controlar a poluição das águas subterrâneas, nomeadamente por infiltração de águas pluviais lixiviantes e de águas excedentes de rega e de lavagens, potenciar os processos naturais de diluição e de autodepuração, prevenir, reduzir e controlar as descargas acidentais de poluentes e, por último, proporcionar a criação de sistemas de aviso e alerta para a proteção dos sistemas de abastecimento de água proveniente de captações subterrâneas, em situações de poluição acidental destas águas.

Todas as captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano, bem como a delimitação dos respetivos perímetros de proteção, estão sujeitas às regras estabelecidas no mencionado Decreto-Lei n.º 382/99 de 22 de setembro, bem como ao disposto no artigo 37.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, e na Portaria n.º 702/2009, de 6 de julho.

Na sequência de um estudo apresentado pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P., organismo competente à época, elaborou, ao abrigo do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro, uma proposta de delimitação e respetivos condicionamentos do perímetro de proteção para a captação no polo de captação de «S. Romão», no concelho de Vila Franca de Xira.

Compete, agora, ao Governo aprovar as referidas zonas de proteção.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, nos termos do disposto na subalínea iii) da alínea a) do n.º 7 do despacho n.º 12412/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 20 de setembro de 2011, retificado pela declaração de retificação n.º 1810/2011, publicado no Diário da Repú-